

Dívida interna custa US\$ 5 bi em janeiro

Arquivo 3.5.88

Fredy Krause

A rolagem da dívida interna apenas nos primeiros dez dias úteis de janeiro que se sucederam à edição do Plano Verão custaram ao Governo US\$ 5 bilhões no "overnight", à razão de US\$ 500 milhões por dia. Isto corresponde à metade de toda a folha salarial do Governo por um ano inteiro, que gira em torno de US\$ 10 bilhões, incluindo o funcionalismo civil da administração direta e indireta, os militares e mais o pagamento dos aposentados. E ao dobro da receita tributária da União num mês, de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões.

A denúncia foi feita, ontem, em entrevista ao **Jornal de Brasília**, pelo professor Dércio Munhoz, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. Ele qualificou a elevação das taxas de juros como "uma irresponsabilidade do Governo", que, segundo ele, "mostra toda a inconsistência do Plano Verão". E também a insignificância da demissão de 100 mil ou mais servidores governamentais, quando o problema-chave está no custeio da dívida interna do Governo.

Estouro

Como a inflação prevista oficialmente para janeiro era de 28%, porém a real superou os 70%, o professor prevê para breve um novo estouro da taxa inflacionária, baseado numa lógica simples: "Não

há alinhamento com inflação elevada". Ou inversamente: "Com inflação elevada, os preços estarão permanentemente desalinhados". Isto significa que após a taxa de inflação de janeiro, os empresários com preços congelados começaram a enfrentar um dramático processo de desalinhamento e correrão desesperadamente em busca de aumentos, dentro ou fora das regras traçadas pelo Governo. O que se traduzirá num retorno rápido da inflação alta.

Além disso, o arrocho salarial e as taxas de juros maiores que os do Plano Cruzado, em 1986, desestimularão os investimentos produtivos. As consequências serão a queda de produção e o conseqüente aumento do desemprego, com reflexos sobre a situação social (e provavelmente política) do País.

Para se ter uma idéia do custo financeiro das empresas produtivas em 1980, ele não passava de 10% do Produto Interno bruto (PIB), ou US\$ 30 bilhões. A partir de 1981, quando o Governo passou a pagar juros reais no "over", elevaram-se para 25% do PIB, ou US\$ 75 bilhões.

A saída, segundo o professor Dércio Munhoz, é mudar a política monetária, mesmo porque não há razão para os juros estarem elevados, já que não há excesso de demanda. Um parâmetro poderia ser a política monetária praticada até 1980. Até aquele ano, o Governo cobria todos os seus custos com ju-

ros através da emissão de novos papéis. E isto com os juros do "over" abaixo da inflação, como é normal, já que o dinheiro aplicado neste mercado é o de capital de giro das empresas e em país nenhum do mundo obtém remuneração real.

Em 1981, o então ministro do Planejamento Delfim Netto começou a pagar os juros reais mais correção monetária pelos papéis lançados pelo Governo, porém, a correção monetária era abaixo da inflação. Isto já indicava uma tendência, que acabou se concretizando em 1986. No segundo semestre daquele ano, os juros começaram a se elevar e o Governo passou a cobrir o custo dos seus papéis no over com juros reais além de correção monetária real.

Em conseqüência, segundo o professor Dércio Munhoz, em 1987 o "over" "comeu" do Governo US\$ 7 bilhões do seu orçamento, que foram cobertos com a arrecadação de impostos. Em 1989, esta soma chegaria a US\$ 13 bilhões, com 20% de juros reais ao ano. Porém, se o Governo continuar gastando US\$ 500 por dia, como agora, a soma é imprevisível. A tendência do Governo, na previsão do professor, será a de aumentar os impostos e tentar reduzir seus gastos de custeio e pessoal. Só que logo não haverá mais como tirar o dinheiro de que o Governo precisa dos assalariados, como normalmente ocorre, porque os salários também já estão arrochados.

Dércio acusa o Plano Verão de aumentar a dívida interna à razão de US\$ 500 milhões por dia